

ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

Projectos autárquicos estão a mudar de pele e tendem a crescer em Portugal

A crise parece não prejudicar a afirmação desta forma de democracia directa, em que a população é chamada a decidir o destino de parte do orçamento da respectiva autarquia. Pelo contrário, dizem três especialistas

Álvaro Vieira
e Lurdes Ferreira

A crise económica e financeira, as sucessivas restrições à capacidade de investimento das autarquias, os níveis incipientes de participação cívica e até o facto de este ser um ano de eleições autárquicas: nada disto parecia fazer muito pelo sucesso das experiências portuguesas de Orçamento Participativo (OP), essa forma de democracia directa em que a população é chamada a pronunciar-se sobre o destino de uma parte do orçamento da autarquia. Três especialistas na matéria ouvidos pelo PÚBLICO rejeitam, contudo, esta ideia.

Nelson Dias, Giovanni Alegretti e João Ferrão convergem noutra tese. A crise actual não implicou uma redução do número de OP nos municípios portugueses nem os impediu de fazerem uma espécie de mudança de pele, de passarem a outro estádio de desenvolvimento que, revelam os dados conhecidos, lhes proporciona mais resistência e capacidade de desenvolvimento: a passagem de consultivos (mera auscultação) a

deliberativos (os participantes decidem, de facto, o destino das verbas postas à sua consideração). Tão pouco parece ter ocorrido, sequer, um emagrecimento generalizado do orçamento posto à consideração dos cidadãos. É certo que, de 2011 para 2012, o OP de Lisboa caiu para metade, de cinco para 2,5 milhões de euros, mas são mais os casos de municípios em que a dotação do OP até cresceu no ano passado. E outras formas de democracia deliberativa começam a germinar.

Sociólogo e consultor do Banco Mundial, Nelson Dias é o português que há mais tempo investiga e desenvolve projectos de OP no país. Presidente da associação In Loco, que presta serviços de formação e consultoria sobre projectos de desenvolvimento local a autarquias, governos e instituições supranacionais, Nelson Dias não tem dúvidas de que o número de OP em Portugal vai crescer em 2014. Actualmente, são cerca de 30, praticamente os mesmos de 2012 (ainda não há um número certo, porque o ano ainda nem a meio chegou), mas o investigador aponta uma conjugação de factores que contribuirá para a disseminação desta prática. “Em 2014, te-

remos uma renovação, por força da limitação de mandatos, mesmo nos casos em que a liderança da autarquia passe para um vice-presidente ou vereador. Mesmo esses vão querer marcar a diferença”, prevê.

Por outro lado, a própria crise, sustenta Nelson Dias, vai levar os autarcas a concluir que “mais vale gerir as dificuldades com a população do que de costas voltadas para ela, para decidir onde cortar e aplicar os recursos”. É que “nos próximos anos”, sublinha, já não haverá margem para grandes promessas eleitorais e muito menos para a concretização de novos equipamentos, que há-de abrandar “drasticamente”.

“Mais força” à proximidade

Também João Ferrão, investigador da área do território e desenvolvimento local do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e ex-secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades (entre 2005 e 2009), acredita que a falta de recursos levará os autarcas a “socializar a responsabilidade”. “A crise dá mais força às soluções de proximidade”, diz João Serrão, observando que os casos de fome e



desemprego interpelam os serviços das autarquias, obrigando-as também a relacionarem-se de forma mais próxima com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e com os próprios cidadãos.

O OP já não é uma experiência exótica em Portugal. Desde 2002, esta ideia implementada pela primeira vez em 1989 na prefeitura de Porto Alegre, no Brasil, já conheceu 71 aplicações no país, contando já com os de Guimarães e Oliveira do Hospital, acabados de chegar: 45 foram municipais; 19 de freguesia; e sete sectoriais (dedicadas aos jovens em municípios e freguesias). Ao longo de uma década, 54 dos OP portugueses foram consultivos e 17 deliberativos. Estes últimos geriram qualquer coisa como 35 milhões de euros, valor que, segundo Nelson Dias, deve chegar aos 45 milhões no final de 2013. Calcula-se que existam hoje no mundo cerca de 2700 OP activos, com os polacos a liderarem na União Europeia.

Nelson Dias afirma que o OP em Portugal chegou a um “momento de clarificação”, com a afirmação de uma “segunda geração” de projectos. No mesmo sentido, o italiano Giovanni Alegretti, investigador do

Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e colaborador há vários anos da In Loco, afirma que “há um ADN até 2008 e outro a partir daí”. Há uma primeira vaga, de 2002 a 2008, de câmaras comunistas, com OP consultivos, sem equipas técnicas nem montantes definidos à partida. E uma segunda vaga desde então, que aposta cada vez mais em orçamentos deliberativos, com proposta e decisão na mão dos cidadãos, com equipas técnicas que fazem o crivo da exequibilidade e asseguram a execução dos projectos e montantes definidos por projecto e “bolo” total. O trabalho de formação técnica junto dos municípios, que a equipa CES/InLoco fez por altura de 2008, contribuiu para mudar de página, atenuar a carga política do processo e torná-lo “mais técnico”.

Um processo “imparável”

Hoje, a maior parte dos OP está em autarquias PS, mas o projecto mais bem sucedido até está num município PSD: Cascais. Para Nelson Dias, esta despartidarização é uma força da experiência portuguesa do OP, nascido do espírito do Fórum de Portalegre, com a marca de esquerda do PT brasileiro. Em

Propaganda aos orçamentos participativos num autocarro ao serviço da Câmara de Lisboa



Espanha, o OP esteve sempre associado à Izquierda Unida, e caiu com o partido nas últimas eleições locais. Em França, foi aproveitado por políticos populistas como fonte de credibilidade.

Segundo Giovanni Alegretti, a aprendizagem portuguesa também está a ser feita em relação à votação das propostas, para prevenir subversões. Entre o voto presencial, via Internet ou por SMS, o caminho estreito faz-se entre maior segurança e segurança q.b., refere. “Nos países em que se puseram muitos filtros, os OP foram caindo porque as pessoas se chateavam com tanto filtro, mas também não se pode facilitar tanto que se descredibilize o processo.” João Ferrão alerta para a necessidade de se prevenir a usurpação do OP por forças políticas organizadas ou outros grupos de interesse: em Lisboa, por exemplo, uma proposta relativa à criação de um campo de críquete foi das mais votadas...

Nelson Dias e Giovanni Alegretti alertam ainda para duas características muito portuguesas. A primeira é que as quatro dezenas de OP até agora eliminados foram-no “pelo mesmo partido e pelo mesmo presidente” que os criou, à excepção do de Alvi-

to. A segunda é que a linguagem clara exigida aos OP “ainda não contagiou os orçamentos camarários gerais”, ao contrário do que aconteceu noutros países. Também há uma novidade este ano: a prática de suspender OP num ano eleitoral não se está a verificar, desligando-se assim este instrumento dos ciclos político-eleitorais.

Para João Ferrão, uma coisa é certa: apesar de as autarquias portuguesas não terem sido preparadas para tal, o avanço da democracia deliberativa, como complemento da democracia representativa, “é imparável”. Seja através do OP seja através de novas formas menos estruturadas, como “júris de cidadãos”, que decidem por onde passa determinada via, como *workshops*, em que moradores decidem como será o jardim do bairro, como o programa Bip/Zip de Lisboa, que permite aos munícipes escolherem a localização de uma paragem de autocarro.

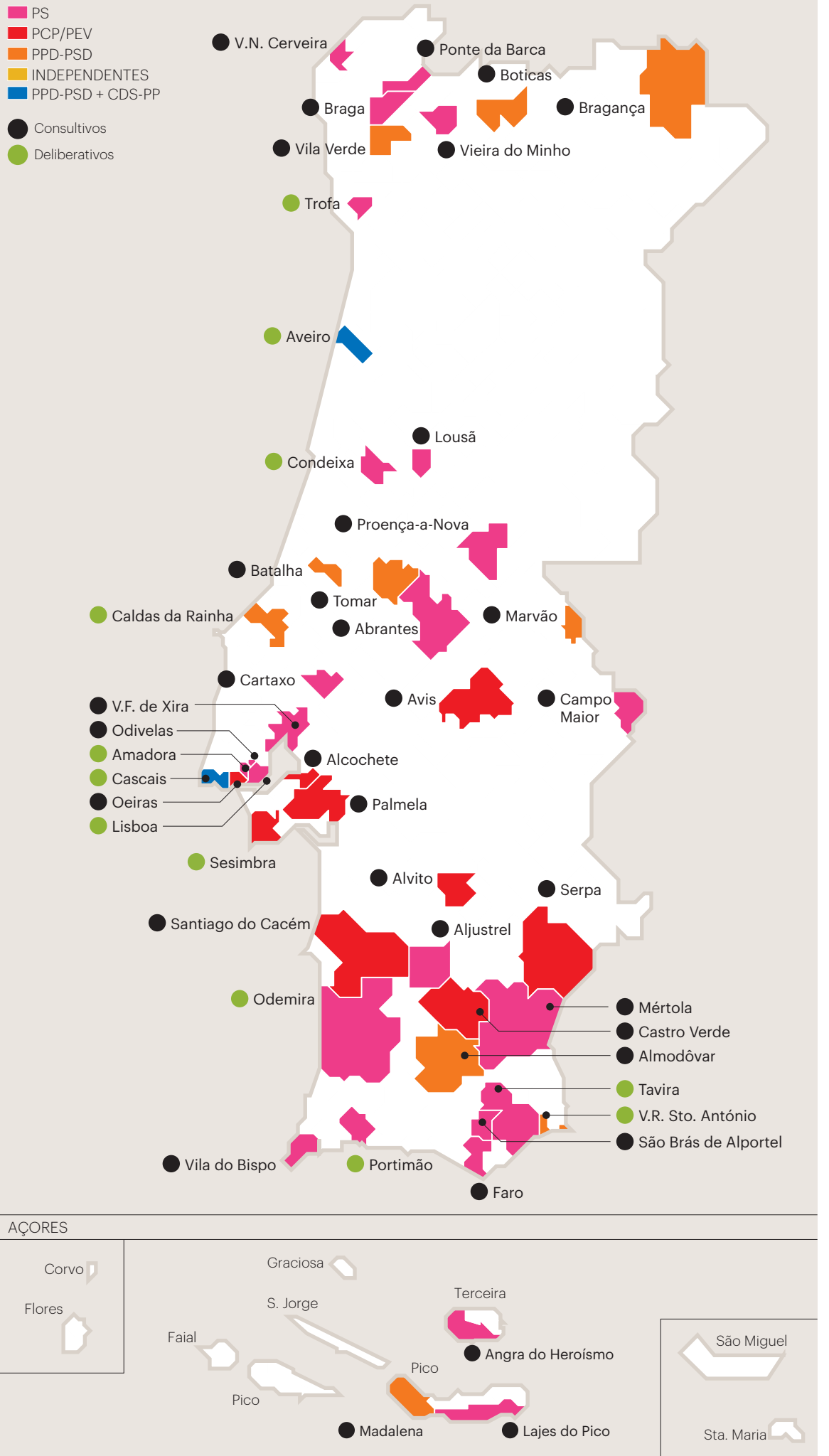
Os trabalhos sobre os OP são financiados no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Experiências de orçamentos participativos por municípios

Período de 2000 a 2012

- PS
- PCP/PEV
- PPD-PSD
- INDEPENDENTES
- PPD-PSD + CDS-PP
- Consultivos
- Deliberativos



Fonte: Nelson Dias/2012

ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

Viagem ao mundo dos projectos autárquicos com participação dos cidadãos

Dos 46 concelhos com Orçamento Participativo (OP) activo em 2012, o PÚBLICO visitou a aldeia de Sá, a primeira freguesia de Monção a ter parte do seu orçamento decidido pelos eleitores, e faz uma rápida viagem por duas dezenas de concelhos que adoptaram este mecanismo de participação cívica. Procurou os pontos mais característicos destes processos e as propostas mais votadas no ano passado

Aljustrel



Aljustrel quer “modelo mais maduro”

A Câmara de Aljustrel avançou com o OP em 2010 com carácter consultivo. Mas, decorridas quatro iniciativas, o município não se dá por satisfeito com a opção seguida e aspira por um “modelo mais maduro”, como o de Odemira, reconhece Marques Aguiar, chefe do gabinete de apoio à presidência. O processo de consulta pública continua baseado na distribuição de formulários com projectos predefinidos via *online* e correio. Segue-se a realização de uma assembleia pelas cinco freguesias do concelho que, em 2012, contou com uma participação que o município reconhece ter sido “muito baixa”. O concelho de Aljustrel, segundo os Censos de 2011, tem 9257 habitantes e recebeu via *online* 146 questionários, mais de dois terços das respostas recebidas. **C.D.** **Mais votados em 2012:** Municípios identificaram apenas três áreas de actuação prioritárias: desenvolvimento económico (51%), educação (47,6) e acção social (46,2%).

Amadora



Amadora deu decisão aos cidadãos

À terceira edição do OP, em 2012, a Câmara da Amadora optou por uma alteração significativa: o orçamento deixou de ser consultivo e tornou-se deliberativo, passando os municípios a ter o poder não só de apresentar propostas mas também de eleger as que devem ser concretizadas. Até aí era a autarquia que escolhia, contemplando cada freguesia com

pelo menos um projecto. Em 2010, o OP recolheu 163 propostas, no ano seguinte 253 e em 2012 apenas 55. Dessas só 26 acabaram por ser colocadas em votação, já que as restantes não sobreviveram à análise que os serviços municipais fizeram da sua exequibilidade técnica (etapa que leva a autarquia a designar este processo co-decisional), tendo-se registado um total de 471 votos. **I.B.**

Mais votados em 2012: Equipamento de desporto no Parque Urbano do Borel; requalificação dos espaços exteriores (com jogos tradicionais) do bairro Casal da Mira; intervenção artística itinerante para crianças.

Aveiro



Aveiro executa dez ideias dos cidadãos

Foi em 2012 que a Câmara de Aveiro lançou o seu primeiro OP, com debate popular concorrido - com participação individual, associativa e de movimentos cívicos. Os aveirenses apresentaram mais de 20 projectos e seleccionaram dez, que deverão estar no terreno no início do próximo semestre. A discussão estendeu-se a todas as freguesias do concelho, incluindo as zonas mais rurais. A autarquia cativou um total de 250 mil euros para o OP e, somando o total dos projectos seleccionados (235.024,69 euros), a verba foi praticamente absorvida pelas propostas da população. **M.J.S.**

Mais votados em 2012: Roteiro Itinerante de Participação Cívica sobre o futuro dos bairros da cidade e freguesias do concelho; reabilitação de património edificado dos moinhos; estruturação de recursos turísticos (moinhos, fontes e lavadouros) na freguesia de Requeixo.

Na Batalha a área social predomina

Na Batalha, o OP é pouco mais do que uma consulta à população na qual o executivo obtém ideias dos municípios que poderá ou não pôr em prática. Em inquéritos distribuí-

Batalha



dos nas juntas de freguesia e em associações, ou no portal da câmara, os cidadãos podem escolher as cinco áreas que consideram ser prioritárias para o concelho e são convidados a indicar as obras ou acções que consideram prioritárias para a sua freguesia (cinco) e para o concelho (três). É com base nesta prática, iniciada há cinco anos, que o executivo, sem verbas predefinidas, decide os projectos que vai implementar. Até agora têm predominado os da área social. **C.C.**

Mais votados em 2012: Banco de Ajudas Técnicas para pessoas com deficiência e idosos com dificuldades de mobilidade ou dependentes de terceiros; VOA (Ver e Ouvir para Aprender) para rastreio visual das crianças do 1.º ciclo com financiamento da compra de óculos. Uma experiência que está no início e que já custou dez mil euros.

Caldas da Rainha



Caldas aprendeu com os erros

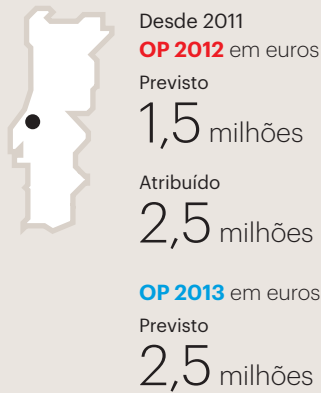
Nas Caldas da Rainha, o OP iniciou-se em 2012 (para vigorar em 2013) com uma primeira experiência que elegeu seis projectos no valor de 141.590 euros. É deliberativo e foi proposto pelos dois vereadores socialistas à maioria PSD, que votou favoravelmente, tal como o vereador do CDS/PP. Nas três reuniões abertas à população participaram sobretudo pessoas ligadas ao BE e ao movimento Que Se Lixe a Troika!, mas também estudantes da Escola Superior de Arte e Design e elementos da associação cívica Conselho da Ci- →

ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

→ dade. A discussão não foi pacífica, porque o primeiro orçamento não estava bem preparado e tinha “erros de juventude” entretanto corrigidos. Apesar disso, tanto os elementos do executivo como os cidadãos participantes reconheceram que foi uma boa primeira experiência e que deve prosseguir. No primeiro trimestre de 2013 nenhum dos projectos tinha avançado. **C.C.**

Mais votados em 2012: Hortas urbanas; oficinas sociais em antigos silos de cereais da cidade; promoção do empreendedorismo.

Cascais



Cascais é caso particular

Com “satisfação e orgulho”. É assim que o presidente da Câmara de Cascais diz olhar para as duas primeiras edições do OP. Não só pelos “elevados níveis de participação dos cidadãos” mas também pela “qualidade dos projectos apresentados”. Na edição de estreia, em 2011, 6903 pessoas votaram nas propostas da sua preferência, número que no ano seguinte subiu para 23.198. O caso de Cascais tem particularidades: as propostas só podem ser apresentadas presencialmente, em sessões de participação, e nunca na Internet; a votação faz-se através do envio de mensagens escritas, gratuitas, do telemóvel; a dotação orçamental inicial de 1,5 milhões de euros foi sempre superada. Dos projectos eleitos na primeira edição, três foram já executados, cinco estão em obra, um em concurso de empreitada e três em fase de projecto de execução. Quanto aos vencedores de 2012, estão “em fase de estudo prévio ou de esclarecimento com os proponentes vencedores”, informa Carlos Carreiras. Cascais acolhe, em Junho, o congresso mundial do Ob-

servatório Internacional Democracia Participativa. **I.B.**

Mais votados em 2012: Ludoteca e biblioteca na Malveira da Serra para crianças com necessidades educativas especiais; espaço comunitário no Bairro das Faceras; parque canino em São Pedro do Estoril.

Condeixa



Condeixa aposta nos jovens

Em 2012, Condeixa avançou com uma primeira experiência, promovendo o OP Jovem, reservando um total de 150 mil euros para as propostas apresentadas pelos habitantes mais novos. A experiência correu de tal forma bem que foi destaque no I Encontro Ibérico de Orçamentos Participativos, que decorreu em Novembro, em Odemira. Em 2013, a autarquia presidida por Jorge Bento quer ir mais longe e abrirá o processo a toda a população. Vai haver duas linhas de financiamento: uma para a população jovem; e outra de carácter geral. No total, será reservado um total de 250 mil euros para as propostas dos cidadãos (125 mil euros para cada grupo) face à participação cívica registada. **M.J.S.**

Mais votados em 2012: Remodelação e arrelvamento do polidesportivo do Sebal; construção de um complexo desportivo para a freguesia do Zambujal; requalificação do Pavilhão da Venda da Luísa.

Freg. Sá, Monção



Não faltam ideias em Sá

Em 2012, quando chamados pela primeira vez a participar na gestão

dos dinheiros da freguesia, os 200 habitantes de Sá não se fizeram rogados. Cerca de um terço (74) apresentou propostas, representando mais de 90% das famílias da terra. No total, deram entrada na Junta de Freguesia de São João de Sá, a primeira das 33 freguesias do concelho de Monção a promover um OP, 166 propostas sobre o que fazer com 85% dos 108 mil euros do orçamento de 2012. O acesso à Internet e a criação de um rebanho comunitário foram, em 2012, as propostas mais votadas. Este ano, a maioria das cerca de cem propostas apresentadas ao OP prende-se com a melhoria da rede viária rural, o tratamento das águas pluviais e a construção de uma capela mortuária. **A.O.C.**

Mais votados em 2012: Acesso à Internet; rebanho comunitário; bolsa de voluntários (enfermeiros, professores de ginástica, economistas e esteticistas) para apoio aos mais idosos; sessões informativas de saúde oral e consultas de medicina dentária gratuitas.

Lisboa



Lisboa com mudanças

Em 2013, Lisboa vai realizar, pela sexta vez, o OP, com o número de votos registados sempre a aumentar: passou de 1101 em 2008 para 29.911 em 2012. Isto apesar de a verba consagrada a esta iniciativa ter caído de cinco milhões de euros na primeira edição para metade na última. Em Lisboa, o OP foi deliberativo desde o primeiro dia, mas teve várias alterações: a lista de propostas deixou de ter áreas prévias e a Internet deixou de ser a única forma de participar, passando a autarquia a promover assembleias participativas, nas quais os interessados podem apresentar as suas sugestões presencialmente, e assembleias de voto. Todos os projectos eleitos em 2008 foram concluídos (em 2010) e dos 12 escolhidos no ano seguinte ainda há cinco em execução e um que não arrancou (reconversão do antigo Cinema Europa). Quanto às

edições de 2010 e de 2011, ainda não há obra feita. **I.B.**

Mais votados em 2012: Centro de Inovação da Mouraria; Casa da Mobilidade da Mouraria com trabalho comunitário; corredor de acessibilidade de Entrecampos ao Marquês de Pombal.

Lousã



Lousã para os mais novos

Na Lousã, o executivo camarário decidiu reservar uma parte do orçamento municipal aos cidadãos mais novos. A verba cativada não foi além dos cinco mil euros, mas a experiência, destaca a autarquia, valeu pelo facto de ter conseguido envolver os jovens na vida do município. De tal forma que este ano se mantém o modelo. Segundo fonte do gabinete de comunicação da autarquia, a segunda edição do OP Jovem da Lousã “está a suscitar o debate de ideias junto dos mais jovens”. Na quarta-feira, decorreu a primeira Assembleia Participativa Jovem. Um encontro que terá permitido aos jovens desenvolverem as ideias, debater a sua viabilidade e utilidade e até fundir projectos semelhantes. **M.J.S.**

Mais votados em 2012: Construção de skate parks junto às escolas, piscinas e pavilhões desportivos.

Odemira



Odemira, a mais participada

Dos municípios que em 2012 aderiram ao OP, o da Câmara de Odemira é tido como o que teve maior índice de participação, com 16%, uma per-

centagem equivalente à registada nos concelhos de Cascais e Lisboa juntos. Este valor corresponde a 3469 votos expressos, 1323 via *online*, 2146 colocados directamente pelos munícipes no Balcão Único da autarquia e numa urna itinerante que se deslocou às sedes das freguesias. Foram apresentadas 32 propostas, seleccionadas 22 e aprovadas três. O nível de participação surpreendeu Ricardo Cardoso, vereador da autarquia. Agora diz ter razões para acreditar que a meta dos 20% de votantes “possa ser atingida em 2013”, frisando que o sucesso da iniciativa está associado à “transparência” do processo e ao facto de a autarquia ter optado pelo modelo deliberativo. **C.D.**

Mais votados em 2012: Requalificação do espaço exterior da EB Aviador Brito Paes; aldeias solares (com fornecimento de electricidade aos edifícios públicos e venda da remanescente à rede); reconversão de uma antiga escola primária em pavilhão multiusos.

Odivelas

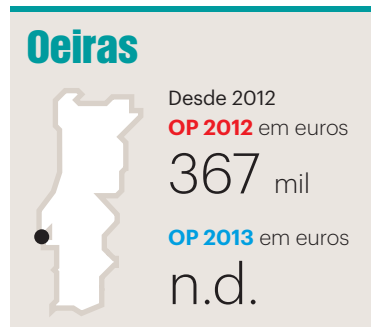


Odivelas parou para cumprir

Em 2008, quando a Câmara de Odivelas realizou pela primeira vez um OP, os munícipes propuseram 1623 ideias, número que no ano seguinte caiu para 1175. Depois de uma paragem de dois anos, a iniciativa regressou em 2012, tendo sido apresentadas 1384 propostas. Susana Amador, que preside à Câmara da Amadora, justifica a interrupção. “Optámos por não avançar com novo processo e consulta enquanto a maioria dos projectos não fosse concluída.” O OP de 2008 regista neste momento uma taxa de execução de 91% e o de 2009 de 67%. Passou, entretanto, a haver um valor máximo por projecto e um OP Jovem. No OP consultivo de Odivelas, a população propõe, mas quem escolhe é um grupo de trabalho nomeado por Susana Amador. **I.B.**

Mais votados em 2012: Repavimentação das ruas de bairros ilegais

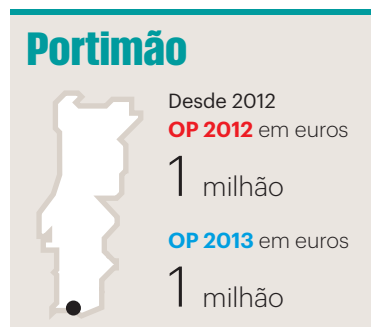
na freguesia de Famões; construção de parque infantil e circuito de manutenção na Ramada; repavimentações na freguesia de Odivelas.



Oeiras tem edição bianual

Oeiras estreou-se em 2012, tendo recolhido 135 propostas, apresentadas e depois votadas por um universo de 1400 pessoas. Resultados que a autarquia considera “bastante satisfatórios” e que permitem antecipar a continuidade deste projecto, mas só em 2014, já que tem uma calendarização bianual. Isto se o próximo presidente da câmara assim o decidir. Nesta primeira edição, a câmara não definiu limites monetários. A ideia era que os munícipes apresentassem as ideias, e os serviços municipais avaliassem a sua exequibilidade e escolhessem quais executar. Mas face aos resultados - proposta mais votada teve 907 votos, a segunda 875 votos e a terceira 846, valores muito longe dos 286 votos da quarta proposta -, a Câmara de Oeiras decidiu concretizar as ideias mais populares. E o processo consultivo passa a deliberativo. **I.B.**

Mais votados em 2012: Viatura de transporte de doentes dos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Velha; ponte pedonal na Terragem sobre a linha férrea; quinta pedagógica em Linda-a-Velha.



Jovens de Portimão terão parede de escalada

De um bolo orçamental de cerca de

50 milhões de euros, a Câmara de Portimão destinou um milhão para a população decidir directamente as “obras mais importantes” para o concelho, desde que cada ideia não ultrapassasse os 200 mil euros. Num universo de 50 mil habitantes, não foram mais de mil os que responderam ao apelo. Mas houve um dado a reter: os jovens organizaram-se, fizeram campanha pelo “seu” projecto e saíram vencedores. Por isso, a primeiro a obra a realizar-se, no âmbito do OP de 2012, é a construção de uma parede de escalada, na Casa das Artes. Agora, o mais importante para a autarquia é que os

projectos seleccionados sejam realizados no prazo de dois anos, porque “as pessoas pedem contas”. Em Portimão, os habitantes propõem e escolhem os projectos e uma equipa técnica da câmara decide com base na sua exequibilidade. **I.R.**

Mais votados em 2012: Parede de escalada na Casa das Artes; regularização das linhas de água em Alvor.

São Brás de Alportel quer mais adesão

O concelho teve o seu primeiro OP em 2006. Nessa altura, a autarquia

S. Brás de Alportel



pôs um megafone na rua para pedir às pessoas para se reunirem, no café, nas sociedades recreativas e noutros lugares públicos. Veio a In-

ternet, mas a adesão popular não aumentou e a adesão que se esperava dos jovens também não tem ocorrido. O número total dos que respondem aos inquéritos manteve-se entre os 2% e os 3%. O corte das receitas nos últimos anos “não facilitou a aproximação das pessoas”, diz António Eusébio, presidente da Câmara de São Brás de Alportel. Em 2008, o município dispunha de uma verba de 4,1 milhões de euros para investimento, no ano passado só contou com 200 mil euros. Uma particularidade: foram os alunos do 9.º ano que desenharam o “símbolo OP”, que figura em todas as obras →

PUBLICIDADE

Aumente os Lucros da sua Empresa Com mais Produtividade e Eliminação de Custos

Destaque a sua empresa no mercado pela qualidade dos serviços.



- **Contribuem para aumentar até 20% a produtividade nas Empresas.**
- **Eliminam as faturas com alugueres de linhas telefónicas e de tráfego de chamadas feitas por Telemóveis e Telefones para as redes fixas e móveis de Portugal e Internacionais.**
- **Canais ilimitados. Nunca mais se perdem clientes por a linha telefónica estar ocupada e ligarem para a concorrência.**
- **Configuração de números telefónicos locais, nacionais ou internacionais de mais 20000 localidades do Mundo que representam mais de 98% do PIB mundial, para poder expandir os negócios no país ou no estrangeiro sem custos com pessoal ou instalações locais.**

Estamos em todo o país, informe-se já:

AVEIRO • BEJA • BRAGA • BRAGANÇA • COIMBRA • ÉVORA • FUNCHAL
 FUNDÃO • GUARDA • LEIRIA • LISBOA • LOULÉ • P. DELGADA • PORTALEGRE
 PORTO • SANTARÉM • SETÚBAL • V. CASTELO • VILA REAL • VISEU



Compatível também com as tecnologias anteriores IP (VoIP, SIP/H.323), RDIS (BRI/PRI) e tradicional.

ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

→ realizadas ao abrigo do projecto no concelho. **I.R.**

Mais votados em 2012: Requalificação da Praça da República; passagem pedonal até ao Parque da Vila; criação de circuito de manutenção.

Tavira

Desde 2012
OP 2012 em euros
4,5 milhões
OP 2013 em euros
n.d.

Filhos de pescadores marcam pontos em Tavira

O projecto que Tavira elegeu como “emblemático” da participação cívica dos cidadãos transporta consigo uma história de vidas difíceis. Trata-se da sede para a associação de moradores Onda Sólida, liderada pelos filhos dos antigos pescadores da zona do Arraial Ferreira Neto (uma estrutura de apoio à pesca de atum). O investimento ronda os dez mil euros, numa autarquia que tem um orçamento de 30 milhões. A Onda Sólida, entre outras actividades, dinamiza o bairro social onde foram realojadas as famílias que trabalhavam no Arraial Ferreira Neto, hoje transformado numa unidade hoteleira, com uma situação privilegiada em plena ria Formosa. Os jovens mobilizaram-se sobretudo através da Internet e conseguiram apoio para recuperação da sede, obtendo mais de 50% dos votos, entre um conjunto de seis projectos. O OP de Tavira realizou-se pela primeira vez em 2012, seguindo o exemplo e o método já aplicado no vizinho concelho de São Brás de Alportel. Na próxima edição, haverá mais espaço para os jovens, cujos projectos terão um carácter vinculativo, desde que não ultrapassem um investimento de 20 mil euros. **I.R.**

Mais votados em 2012: Reabilitação do cineteatro António Pinheiro; sede para a associação de moradores Onda Sólida; refeitório da escola de Cabanas.

Na Trofa mandam os jovens

São os jovens quem apresenta, discute e vota as propostas do OP da Trofa, ao qual a autarquia destinou 20 mil euros em 2012 (este ano aumentou para 25 mil). Na última vo-

Trofa

Desde 2011
OP 2012 em euros
20 mil
OP 2013 em euros
25 mil

tação, em Maio, quase 700 pessoas juntaram-se para discutir a implementação de 15 projectos. Dois deles vão ser concretizados ao longo deste ano. O OP Jovem da Trofa vai no terceiro ano e, para 2013, a autarquia reforçou a dotação: 25 mil euros. Até agora eram 20 mil euros orçamentados, 12.500 destinados a projectos dos jovens e 7500 para iniciativas orientadas apenas para as escolas locais. Em Dezembro foi inaugurada a primeira obra eleita por esta iniciativa: o circuito desportivo em Souto de Barisso, proposto em 2011 por escuteiros. **S.S.**

Mais votados em 2012: Skateland de São Martinho de Bougado (parque de desportos radicais); projecto Da Cultura à Trofa; circuito desportivo da EB 2,3 de Alvarelhos.

Vila Franca de Xira

Desde 2011
OP 2012 em euros
500 mil
OP 2013 em euros
1 milhão

Vila Franca com algumas polémicas

O município de Vila Franca de Xira lançou o primeiro OP em 2011, ainda em contexto experimental, mas já com o objectivo de atribuir à população o poder de escolher os projectos a executar com uma verba de 500 mil euros do orçamento de 2012. Nesta primeira experiência, a autarquia preferiu apresentar oito projectos - dois por cada uma das quatro freguesias mais populosas - para que os municípios escolhessem quatro. As sessões de divulgação revelaram-se bastante concorridas (média de 50 pessoas) e a votação *online* reuniu 279 participações. Surgiram, no entanto, polémicas. A oposição acusou a maioria PS de colocar à vota-

ção projectos que já tinha planeado executar, e os moradores da Praça Alegre (Vialonga) rejeitaram o projecto de requalificação que a câmara se propunha desenvolver, pelo que foi preciso uma solução diferente. A autarquia duplicou entretanto a verba para o OP de 2013 (um milhão de euros) e alargou a iniciativa a todas as suas 11 freguesias. **J.T.**

Mais votados em 2012: Requalificação da frente ribeirinha de Alhandra; melhoria das acessibilidades do Sobralinho.

Açores

Ilha Terceira
A. Heroísmo
Desde 2012
OP 2012 em euros
n.d.
Ilha do Pico
Madalena
OP 2013 em euros
n.d.

Pouca participação nos Açores

Angra do Heroísmo e Madalena são as únicas duas câmaras nos Açores e mesmo nas duas regiões autónomas com OP. O que se constata nas duas é uma participação muito reduzida dos cidadãos que quase se limitaram a subscrever os projectos inscritos nas propostas oficiais. Entreviaram no processo apenas 22 municípios que, na prática, nada acrescentaram aos projectos predefinidos no inquérito, disponibilizado no portal da respectiva autarquia. No caso de Angra do Heroísmo, as 16 respostas correspondem a 0,05% do universo dos 35 mil habitantes e no da Madalena do Pico os seis participantes representam 0,09% dos cerca de seis mil residentes. O orçamento global da Câmara da Madalena para 2013 atinge os 9,13 milhões de euros, ascendendo a 4,3 milhões a despesa global associada às Opções do Plano para o corrente ano económico, com cerca de 60% do financiamento destinado às funções económicas. O orçamento do município de Angra prevê uma despesa global de 18,02 milhões, sendo de 7,3 milhões o valor definido no plano que atribui a maior fatia (28,2%) à área funcional dos transportes. **T. de N.**

Mais votados em 2012: Canil/gatil municipal de Angra; conclusão do Mercado Duque de Bragança; requalificação do centro da vila da Madalena; urbanização anexa à escola Cardeal Costa Nunes.



Nos Açores, a participação dos cidadãos nos OP foi muito reduzida

DANIEL ROCHA

Palmela foi pioneira mas hoje está no grupo de três dezenas de municípios que desistiram

Inês Boaventura e Jorge Talixa

Ao longo da última década cerca de três dezenas de municípios lançaram e acabaram por desistir dos respectivos projectos de Orçamento Participativo (OP). É o caso de Palmela, que foi pioneira, mas também de Abrantes, Alcochete, Braga e Cartaxo.

Este último município lançou, em 2010, uma “experiência-piloto” de OP, propondo-se reservar 10% do seu orçamento à execução de propostas apresentadas pela população. Os contributos dos munícipes foram recolhidos através da Internet e das oito juntas de freguesia do concelho. A experiência não teve continuidade. Segundo o gabinete de comunicação da Câmara do Cartaxo, “nos anos seguintes, com as dificuldades a aumentarem, com leis do Orçamento do Estado extremamente restritivas e até com grandes dificuldades em recolher a receita prevista e devida” – com os próprios munícipes confrontados com dificuldades para cumprirem as suas obrigações fiscais –, a autarquia resolveu “suspender” o projecto. Até para evitar que “fossem criadas falsas expectativas na população que participasse”. De acordo com a mesma fonte, a actual gestão camarária tenciona “recuperar” o OP, mas não sabe, nesta altura, se o fará ainda nos próximos meses ou se deixará a decisão para o executivo a eleger nas autárquicas deste ano.

Na Câmara de Palmela, o OP realizou-se entre 2002 e 2008. Neste momento, segundo a divisão de comunicação da autarquia, “o projecto está em reformulação, no sentido de adaptar o seu conceito de desenvolvimento à actual conjuntura que marca a vida das autarquias”. O objectivo, acrescenta-se, é “reactivar o processo, em estreita articulação com os vários espaços de participação que têm vindo a ser desenvolvidos, de forma a aprofundar a democracia participativa e a participação dos cidadãos”. A Câmara de Palmela

destaca que o OP era “a face mais visível de um conjunto de espaços de participação cidadã”, no qual tem apostado, “em especial, após a criação do Pelouro de Participação e Desenvolvimento Local”. Entre essas iniciativas destaca as Semanas das Freguesias, “reuniões descentralizadas de prestação de contas”, e projectos de “educação cidadã”.

As câmaras de Abrantes, Alcochete e Braga não responderam às questões do PÚBLICO sobre os motivos que as levaram a desistir do OP nem esclareceram se criaram, em alternativa, algum outro mecanismo de participação dos cidadãos. Já a Câmara de Sesimbra fez saber através do gabinete de imprensa que, “embora tenha tido nos últimos seis anos” OP, não irá repetir a experiência neste ano. A autarquia não avançou explicações para a decisão nem forneceu os dados solicitados sobre os resultados do OP de 2012.



Câmara do Cartaxo lançou em 2010 uma “experiência-piloto” de OP, mas “com as dificuldades a aumentarem”, foi depois suspensa



EEFoR

CONFERÊNCIA SOBRE
ENERGIA ELÉTRICA DE FONTES RENOVÁVEIS
8 | 9 MAIO 2013 · FEUP

FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA
UNIVERSIDADE DO PORTO

U PORTO

www.fe-up.pt/eefor2013

Presidente da Comissão Organizadora
Prof. Luís Braga da Cruz

Painel 1. Políticas Energéticas

Moderador: Prof. Luís Braga da Cruz (FEUP)

Doutor Eng.º Jorge Vasconcelos

(Presidente da NEWES, New Energy Solutions, Membro do Administrative

Board of ACER - Agency for the Cooperation of Energy Regulators)

Prof. António Sá da Costa (Presidente da APREN)

Prof.ª Teresa Ponce de Leão (Presidente do LNEG)

Painel 2. Energia e Território

Moderador: Prof. Eduardo Oliveira Fernandes (FEUP)

Prof.ª Teresa Andresen (FCUP)

Eng.ª Ana Quelhas (Direcção de Planeamento Energético, EDP)

Prof. Paulo Pinho (FEUP)

Prof. Vítor Leal (FEUP)

Painel 3. Integração da Produção Renovável no Sistema Eléctrico Nacional

Moderador: Prof. João Peças Lopes (FEUP)

Eng.º Victor Baptista (Diretor-geral da REN)

Eng.º João Torres (Presidente do C.A. da EDP Distribuição)

Eng.º Fernando Vaz (Diretor Unidade de Negócios, Automação

de Sistemas de Energia da EFACEC)

Eng.º António Eira Leitão (Presidente da HIDROERG)

Painel 4. Energia Eólica

Moderador: Prof. Álvaro Rodrigues (FEUP)

Eng.º Hélder Serranho (Administrador da GENERG)

Eng.º João Sousa (Gerente da PREWIND)

Eng.º Anibal Fernandes (Presidente do Consórcio Eólico ENEOP)

Eng.º João Paulo Costeira (COO Europa EDP Renováveis)

Painel 5. Energia Hídrica – Novas Questões

Moderador: Prof. Rodrigo Maia (FEUP)

Eng.º Alexandre Ferreira da Silva (EDP Produção)

Prof. Domingos Silva Matos (EDP Produção)

Eng.º Teresa Viseu (Departamento de Barragens do LNEC)

Eng.º Filipe Duarte e Eng.º Anibal Carvalho (EDP Produção)

Painel 6. Energia Hídrica – Projectos em Desenvolvimento

Moderador: Prof. Francisco Taveira Pinto (FEUP)

Eng.º Luís Lopes dos Santos (EDP Produção)

Eng.º Manuel Alberto Oliveira (EDP Produção)

Eng.º Pedro Manso (Gabinete Stucky, LTD)

Eng.º Fernando Barbosa Teixeira (EDP Produção)

Painel 7. A Investigação na FEUP no domínio da energia

Coordenador: Prof. Adélio Mendes (FEUP, Director do CENER)

Moderador: Prof. Sebastião Feyo de Azevedo (Director da FEUP)

Prof. Adélio Mendes (FEUP)

Apresentação de casos seleccionados entre as repostas

a uma “call” aberta a investigadores e docentes da FEUP

Painel de debate. Energias Renováveis

– Tecnologia e Desenvolvimento. Uma visão de futuro

Moderador: Dr.ª Lurdes Ferreira (Jornal “O Público”)

Eng.º Alberto Barbosa (Administrador da EFACEC)

Eng.º João Talone (Presidente da Magnum Partners)

Eng.º Carlos Martins (Presidente da MARTIFER)

Dr. João Manso Neto (Presidente Executivo da EDP Renováveis)

Encerramento

Prof. Luís Braga da Cruz (Comissão Organizadora)

Eng.º Carlos Matias Ramos (Bastonário da OE)

Dr. Artur Trindade (Secretário de Estado da Energia)

Inscrições e Informações: (+351) 220 413 703 / eefor2013@fe.up.pt



INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO BANCÁRIA
ISGB – THE PORTUGUESE SCHOOL OF BANK MANAGEMENT

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Acesso ao
Ensino
Superior

> 23

Decreto-Lei 64/2006, de 21 Março 2006

Informações:

ISGB – Av. Barbosa du Bocage, 87, 1050-030 Lisboa

Tel.: 217 916 210 | Fax: 217 955 234

IFB – Rua Fernandes Tomás, 352 – 4º, 4000-209 Porto

Tel.: 225 194 120 | Fax: 225 102 205

e-mail: isgb@isgb.pt

www.isgb.pt

Licenciaturas 2013/2014

> Gestão Bancária

> Gestão e Sistemas de Informação

Inscrições Abertas

1ª Fase:

até 17 de Maio

Prova escrita: 22 de Maio

Entrevistas: 23 a 28 de Maio

2ª Fase:

até 28 de Junho

Prova escrita: 2 de Julho

Entrevistas: 3 a 8 de Julho

Elementos de Avaliação:

> Apreciação do curriculum escolar e profissional; Entrevista; Prova escrita

Curso de Preparação*
para a Prova de Acesso
às Licenciaturas do ISGB

GRATUITO

2ª Edição

Lisboa e Porto: 1 e 22 de Junho

Inscrições até 27 de Maio

Duração: 12 horas

Horário: 9h – 12h e 14h – 17h

Local: Lisboa – IFB – Av. 5 de Outubro, nº 164

Porto – IFB – R. Fernandes Tomás, nº 352, 4º

Licenciaturas reconhecidas oficialmente.
(* Não confere garantia de acesso. Curso “sem reconhecimento oficial”.)
Copyright © 2013 by ISGB/IFB, Lisboa

ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

António e Maria Fernanda Gonçalves, de 60 e 59 anos, ex-emigrantes em França: ele delegou na mulher a participação da família no OP



Na aldeia de Sá foi mais fácil instalar a Net sem fios do que o rebanho de ovelhas

Eleitores de pequena freguesia de Monção elegeram a rede *wireless* como prioridade do seu primeiro Orçamento Participativo, executado no ano passado

Reportagem

Álvaro Vieira (texto)
Nuno Alexandre Mendes (fotografias)

Guardada pela ermida da Nossa Sra. da Graça, que se avista ao longe, lá em cima, e rodeada de montes galegos e portugueses, a aldeia de Sá oferece-se a um sol abrasador numa encosta debruçada sobre o vale do rio Minho, que daqui não se vê. Nesta tarde de quarta-feira, com 28 graus à sombra, só desmerece o epíteto de aldeia-fantasma, porque tem hortas e vinhas de alvarinho que não ganharam este aspecto cuidado sozinhas. E alguém há-de ter conduzido os dois carros estacionados no largo. Mas não se vê viva alma, apesar de a aldeia ter cerca de 200 habitantes registados. Afinal, é isto a aldeia que o resto

do país imagina a campeã da participação cívica do concelho de Monção? É mesmo esta a freguesia rural que foi notícia no ano passado, por executar o primeiro Orçamento Participativo (OP) do Alto Minho? Onde estão escondidas as pessoas que imaginamos permanentemente reunidas, nas ruas e nos cafés, a discutir e a tomar em mãos as decisões sobre a sua vida colectiva? Talvez façam a sesta. Talvez se defendam deste calor inesperado atrás das persianas corridas das casas de bom porte, de construção recente e arquitectura discutível que caracterizam a aldeia.

Num pequeno planalto, com o cemitério aos pés, a sede da junta destaca-se como a cabana de um presépio. É uma construção térrea e branca, com portadas de madeira compacta, cuja entrada é uma bacia de sombra. Aqui, por entre avisos afixados sobre a “Campanha de subsídios 2013” para agricultores, sobre →

ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

→ a declaração obrigatória de ovinos e caprinos ou sobre o concurso público para a limpeza de bermas, encontram-se alguns editais cujo papel timbrado exhibe com garbo, no canto superior direito, a inscrição “Terra de Diogo Cão”, ao lado da efígie do navegador português.

Para tratar os calos

Não é absolutamente certo que o homem que no séc. XV explorou o Sudoeste da costa africana tenha nascido aqui, mas estas folhas certificam que esta é mesmo a aldeia que, em 2012, decidiu, num OP, aplicar os seus recursos em melhoramentos de conjugação improvável, como a instalação de uma rede de Internet sem fios e a compra de um rebanho comunitário. Um dos editais comunica que o acesso gratuito à Internet já está à disposição de “todos os habitantes”, carecendo apenas de inscrição, para atribuição do respectivo código de acesso. Outro convida os fregueses a participarem nas aulas de ginástica gratuitas que decorrem na sede da junta aos sábados à tarde, outra consequência do OP de 2012, que nasceu modesto, com apenas 20 mil euros.

Orgulhoso, o presidente da junta, Filipe Quintas, diz que, então, 74 fregueses, representando mais de 90% das famílias da terra, apresentaram 166 propostas, das quais o executivo aprovou 56, a maior parte das quais relacionadas com cuidados de saúde. “Não temos funcionários para isso, nunca poderíamos contratar as pessoas necessárias. A solução foi a criação de uma bolsa de voluntários, a que aderiram 15 pessoas, com e sem ligação à terra, entre enfermeiros, optometristas, dentistas, professores de ginástica, um economista e a esteticista de Monção, que prejudica o negócio para vir tratar dos calos das senhoras da aldeia e que já tem lista de espera. Além das aulas, consultas e rastreios, estes voluntários têm feito algumas palestras.

Executivo independente

O dia de atendimento aos fregueses também é o de sábado, porque Filipe Quintas, um bancário de 35 anos que trabalha em Lisboa, só chega ao fim-de-semana – se não houver assembleia de freguesia, à terça à

noite. Cumpre o último mandato na junta que conquistou pelo independente Viva Movimento por Sá, depois de ter entrado em ruptura com o PS em 2006, que decidiu candidatar o anterior presidente, que era do PSD.

O projecto do rebanho comunitários transitou para o OP deste ano e a sua concretização “não tem sido fácil”. É que a ideia foi sempre “dar uma dinâmica empresarial” à coisa, explica Filipe Quintas, com o “aproveitamento do leite para a produção de queijos e até para a reprodução e comercialização dos animais”. “Falta arranjar um jovem que queira apostar na agricultura e estabelecer-se aqui”, resume.

Filipe Quintas recorda que “na génese da ideia do rebanho esteve sobretudo o sentimento de insegurança dos mais idosos”, especialmente daqueles que vivem em locais mais ermos. “Por outro lado, ter alguém que andasse sempre pelos montes e serras também ajudaria a prevenir os incêndios que todos os anos atingem a freguesia”, acrescenta.

Nesta quarta-feira, é preciso bater a muitas portas e invadir as hortas para falar com as raras pessoas que não são demasiado idosas para poderem atender ou que não estão a trabalhar em Monção ou Melgaço. Maria Pinto, de 42 anos, pertence ao grupo restrito de moradores que não estão emigrados em França nem trabalham fora. Mas gostava. “Estamos aqui metidos num buraco, eu não gosto disto”, assume. Natural de Melgaço, casou com um homem de Sá, que aqui tem trabalho a tomar conta das ovelhas de outros, e é só por isso que Maria vai estando na aldeia. Desde quando? “Há 23 anos.”

O OP de Sá fez-se sem a participação de Maria Pinto. Não preencheu os impressos distribuídos pela junta nem foi às assembleias convocadas para o efeito. Mas foi acompanhando o processo pelo marido e aplaude a ideia da Internet sem fios. “Uso para pesquisar e saber as novidades da junta. A Internet faz muita falta, então não faz? Até os velhinhos por lá andam”, diz esta moradora que toma conta de uma idosa vizinha e se prepara para frequentar uma acção de formação na qual já se inscreveu – lá está – pela Internet. Mesmo funcionando mal. “O sinal vai abaixo muitas



Vista da aldeia. Simplício Cerqueira (à esquerda) preencheu “as folhas”, Lucinda (em baixo a descascar favas) não



vezes.” Filipe Quintas garante que o operador contratado pela junta está a tratar de resolver o problema.

“Há que pedir sempre”

É Maria Pinto que revela onde podem ser descobertos outros moradores que se encontram na aldeia. Como António e Maria Fernanda Gonçalves, de 60 e 59 anos, ex-emigrantes em França que estão a mondar o batatal, na sua horta. Neste agregado, foi ao contrário. O homem, construtor civil, delegou na mulher a representação da família do Orçamento Participativo. Em regra, António acha que devem ser os eleitos a tomar e a responsabilizarem-se pelas decisões – “para isso é que votámos neles” –, mas também acha bem que a população seja ouvida. Não usa a rede sem fios da aldeia porque se fartou das falhas no acesso à rede e comprou a sua própria *pen* de ligação à Internet móvel. Mas concorda com a aposta do OP na rede *wireless*, para que os mais jovens, os que restam ou que voltam à terra em Agosto, triplicando a população da aldeia, não sintam vontade de abalar por falta de um serviço que “hoje

faz falta em todo o lado, a toda a gente”.

Maria Fernanda não tenciona ir a mais reuniões do OP. “Não se vê nada, não há dinheiro.” António reorienta-a: “Ir não faz mal. Há que ir sempre e pedir sempre.” Mas também ele está insatisfeito com os resultados. Não se conforma com o facto de não terem prevalecido as sugestões para a ligação da aldeia à rede pública de saneamento ou para a reabilitação e exploração turística das cinco azenhas do ribeiro da Corga, que até chegaram a ter fundos comunitários e que se

“Não se vê nada, não há dinheiro”, diz Maria Fernanda. “Ir não faz mal. Há que ir sempre e pedir sempre”, responde António Gonçalves, o marido



perderam, por questões jurídicas relacionadas com a propriedade dos moinhos. “Politiqüices”, protesta. Filipe Quintas confirma que foi mesmo assim que acabou este projecto que, em 2004, era apoiado pelo programa Lider + a 75%.

Simplício Cerqueira, de 79 anos, também andou por França, a fazer cofragens para “prédios de 18, 20 andares”. Agora, em vez de alicerces, são batatas que mete na terra. “Preenchi as folhas, sim senhor”, diz sobre as sugestões que levou ao OP de 2012. Propôs rails de protecções em valados de curvas apertadas, a lâmpada orientada para a rampa que dá acesso à sua propriedade, um espelho no cruzamento – que a junta tarda a instalar, protesta – e o arranjo de vários caminhos para facilitar a vida aos bombeiros. “Disto, não se fez nada”, lamenta. Mas não culpa a junta. Culpa os governos actual e passados. Tal como António Gonçalves, admite que “o presidente da junta não é mau” e que “é pena” que não passe mais tempo na aldeia. A mulher, Maria Júlia, de 69 anos, ainda não foi às aulas de ginástica, porque “não lembrou”. “E também ando manca de uma perna”, justifica-se.

A Simplício interessam mais outras actividades: “Gosto sempre de ouvir uma palestra qualquer.”

O apagão e a fusão

“Nunca ninguém está contente com tudo”, sentencia, com a autoridade dos seus 82 anos, Lucinda Rodrigues. Veio para o logradouro da casa, à sombra, “debulhar” umas favas muito verdes, com cara de serem das macias. Não quer saber do OP, nem da Internet, nem do rebanho. Tal como Maria Fernanda Gonçalves, incomoda-a é a guerra da luz, que a Câmara de Monção desliga a partir da uma da manhã.

A freguesia não se conforma e Filipe Quintas já declarou ao país e ao mundo que considera a medida injusta. Fê-lo num vídeo, em que lê uma declaração sobre o assunto, que colocou no Youtube, a par de um filme que mostra (?) “em directo” o apagão. Quintas acusa a Câmara de Monção de sacrificar, por “economicismo” e “insensibilidade”, a segurança e o conforto dos habitantes de Sá. OP à parte, o autarca também está em guerra contra a fusão de freguesias, que vai agregar Sá, Valadares e Messegães.

O OP de 2013 ganhou 85% do orçamento geral, que é de 108 mil euros e está praticamente todo aplicado em obras viárias. Depois, não se sabe se a experiência continuará.

Ana Sousa, de 42 anos, lamenta a agregação de freguesias e a limitação de mandatos que ditarão a partida de Filipe Quintas, um presidente de junta “jovem e dinâmico”. A mãe, Lucinda Rodrigues, continua às voltas com as favas e relativiza o problema da fusão de freguesias. Recorda que Sá e a vizinha Badim, por exemplo, partilham sem problemas a imagem da Nossa Sra. da Graça, que passa um ano em cada freguesia. E Simplício Cerqueira nota que o povo de Sá já vai aos cafés de Valadares e apoia, como pode, a União Desportiva “os Raianos”, o clube de Messegães que une as freguesias, apesar de “pouco potente”.

Os trabalhos sobre os OP são financiados no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais

